

O Padre e a Moça: censura, igreja e estado¹

“Acredito que as soluções de questões formais em um filme devem ocorrer, quase automaticamente, como decorrência de uma posição ideológica fundamental assumida pelo autor. Acontece que eu ainda ando a procura de minha definição e uso o próprio cinema nessa busca, ou me formo pelos filmes que eu faço.”

“O *Padre e a moça* é uma reflexão de um problema em aberto. É a descrição de uma luta em busca de uma vida melhor. Esse é o problema geral dentro do qual o filme está inserido.”

“Havia no poema, entre vários temas, um que me interessou especialmente. É o da dificuldade de viver e de amar, de ter relação com uma pessoa, da importância que essas relações têm para uma vida. Para mim talvez esse seja o tema principal do filme.”

(Jornal do Comércio 10/04/1966 – entrevista a José Wolf, *O Padre e a moça: Visão cosmológica de um cineasta*)

O ano é 1966. Dois anos após o golpe de Estado, o serviço de censura mantém sua atuação pautada na defesa da moral pública e dos valores religiosos conservadores. Embora ainda sem indicar as claras diretrizes políticas que endurecerão a atuação do governo militar a partir de fins de 1967, um eficiente processo de desmantelamento dos movimentos culturais comprometidos com a afirmação de uma identidade nacional é lançado. A censura começa a refletir os projetos políticos da ditadura instalada.

Na defesa do conservadorismo nacional, a proibição dos filmes a menores de dezoito anos é a tendência primeira, e os cortes não são a regra. Mas tudo pode mudar, caso alguma reclamação “superior” chegue à sua direção. É o caso de *O Padre e a moça*, primeiro filme longa-metragem de ficção de Joaquim Pedro de Andrade.

Em sua primeira análise², em 2 de fevereiro de 1966, a censura libera o filme a maiores de 18 anos, apesar de qualificar seu tema de “ousado” e de considerá-lo “horroroso, mal dirigido, mal interpretado”.

¹ Este texto foi escrito para o encarte do DVD de *Guerra Conjugal*, versão restaurada pela Filmes do Serro, que pode ser adquirido pelo endereço www.videolar.com

² Todos os documentos citados no texto podem ser lidos na íntegra no endereço www.memoriacinebr.com.br.

Após estrear no Rio, o filme segue para Belo Horizonte. Seu lançamento, porém, marcado para 2 de junho, não acontece. Segundo jornal da época, a proibição viera do departamento de censura do Juizado de Menores de Belo Horizonte, “a pedido de autoridades eclesiásticas e de membros da tradicional família mineira”. No mesmo dia da estréia, um programa de televisão é retirado do ar, dois minutos após o início de debate entre críticos de cinema, que se colocavam contra a medida. Entidades cinematográficas e diretórios estudantis lançam manifesto exigindo que a censura reconsidere a decisão. É anunciada a chegada de Joaquim Pedro à cidade para defender a liberação de seu filme.

Em 6 de junho, o chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, Romero Lago, assina a Portaria 051/66, cujos termos afirmam ser da competência daquele serviço “zelar pela preservação da moral, cultura e tradições religiosas do povo brasileiro, *muitas vezes ameaçadas por críticas irreverentes de que são veículos espetáculos de diversões públicas.*” Lago exige a re-censura à obra de Joaquim Pedro, justificando sua decisão pelas “inflamadas polêmicas surgidas em torno de mensagem contida no filme, reforçadas por inúmeras queixas dirigidas por autoridades, tanto civis como eclesiásticas, inclusive do Secretário do Trabalho do Governo de Minas Gerais e de Sua Excelência Reverendíssimo Cardeal de São Paulo”.

Nessa re-censura, o texto dos quatro pareceres mostra o esforço dos censores para alinhar suas opiniões aos reclames conservadores. O filme passa a ser considerado “altamente ofensivo à moral”, a “desenvoltura e a liberdade das cenas eróticas, um roteiro de licenciosidade, uma exaltação ao amor livre, sem pês, livre dos dogmas e convenções, com gravíssima influência na mentalidade juvenil.” Mostram-se indignados pelo destaque que o filme alcançara na mídia - “nada justifica o realce que a imprensa deu sobre o filme”, sendo seu diretor “inexperiente, som, gravação, seqüência – especialmente a seqüência, fotografia, etc, abaixo da crítica.” Quanto aos atores, estes são considerados “sem expressão e nenhum nome de destaque. Parece mais amadores recrutados aereamente para esta filmagem”. Salvo os erros de português, esta segunda análise em muito difere da primeira, que liberara o filme a maiores de 18 anos.

Como resultado deste virulento ataque, três cortes – que agora podem ser localizados na versão restaurada, são determinados. Um no trailer - cena da moça no quarto trocando a camisola para seguir o padre na fuga. Dois no filme - cena no campo, a partir de quando o

padre beija as costas da moça até quando se apresenta de batina, de costas e cena final de amor na gruta. Novo certificado de censura é emitido em 17 de junho, proibido a menores de 18 anos, com cortes.

Na defesa da integridade de seu filme, JPA envia carta ao serviço de censura onde afirma que “esses cortes eliminariam duas partes indispensáveis à compreensão do filme, que sem elas ficaria destituído de qualquer sentido” e propõe que o filme seja liberado a maiores de 21 anos, sem cortes. Em 10 de agosto, sua proposta é aceita e o filme recebe novo certificado, proibido a menores de 21 anos, mantido o corte do trailer e sua proibição a menores de 18 anos. Um ano mais tarde, Luiz Carlos Barreto, produtor do filme, pede a inclusão do “Livre para Exportação” no primeiro certificado de censura. O mesmo que havia sido derrubado pela re-censura. O pedido é aceito, o certificado é emitido, proibido a menores de 18 anos sem cortes, com a chancela “Livre para Exportação”.

O processo de censura do filme apresenta lacunas que impedem certas questões de serem respondidas, como: que certificado afinal ficou valendo para as exhibições posteriores à re-censura? Seria o signatário de um dos quatro pareceres da re-censura realmente um padre, e em sendo, seria censor do departamento ou alguém chamado para atender às pressões da Igreja?

Estas questões só poderão ser justamente analisadas quando todo o acervo da censura deste período estiver catalogado pois, neste processo, outros documentos sobre o filme poderão surgir. Apesar das lacunas, os problemas enfrentados por *O Padre e a moça*, relatados na documentação disponível, deixam antever os tempos difíceis que o país enfrentará a partir de 1967, quando a aparente desorganização interna do órgão será eficazmente corrigida. Seus funcionários receberão treinamento, que incluirá teoria marxista, leitura de mensagens subliminares, filosofia, além de tiro ao alvo e treinamento militar. Os ‘pedidos de instâncias superiores’ serão tratados em sigilo. Os cortes serão a regra. A interdição de filmes, uma constante.

Neste universo cada vez mais fechado, de repressão aprimorada, o reverso da medalha será o fortalecimento da resistência de produtores e cineastas, aqui já expressa no pedido de

JPA. Durante quase duas décadas, esta negociação perversa será a tônica. O que estará em jogo não será o quanto se pode ganhar na negociação, mas o menos que se pode perder. Atitude de que somente são capazes os que têm ideais, os que sonham, aqueles para quem a vida é mais do que a justa defesa de seus próprios interesses.

Que uns e outros nos inspirem a caminhada. E que a resistência, hoje traduzida na preservação e divulgação desta história, possa ser para nós, sempre motivo de orgulho e celebração.

©Leonor Souza Pinto
Maio 2007

◊◊◊

Este texto é protegido pelas leis de direito autoral.
Seu uso está liberado, desde que citada a fonte.

Como citar :

PINTO, L. S. **O Padre e a moça** : censura, igreja e estado. Disponível em : <
<http://www.memoriacinebr.com.br/> >.

